

Surdo-negro soteropolitano: uma pesquisa exploratória sobre a sua percepção de opressão e exclusão

*Alex Sandrelanio dos Santos Pereira**
*Rosenilde Oliveira Pereira***

Introdução

A intencionalidade de escrever um trabalho com essa temática está longe de apresentar o surdo como um sujeito “coitado”, ou defender que pela duplicidade dos estigmas da deficiência e étnicos-raciais, fatores de opressão e da exclusão, em nossa sociedade, este venha a ser alvo de medidas medicamentosas ou de assistencialismo social de Estado. Pensa-se, contrariamente, na ordenança epistemológica das palavras-chave, que se desencadeiam posteriormente: resistência e militância.

Objetiva-se dar face à opressão e à exclusão vivenciados pelo surdo negro, para que se possa discutir a constituição de sua subjetividade, compreendendo que a situação de opressão, embora se apresente como “naturalizante”, foi/é fruto de uma construção histórica e social da realidade. Para tal incursão precisamos estabelecer que a natureza do real não é pronta, acabada e dada, como somos educados para crermos.

Neste sentido, a realidade precisa urgentemente ser (re)construída, tendo o sujeito-vítima da opressão e da exclusão, no nosso caso de reflexão o sujeito negro e surdo, de estabelecer resistência a esses processos histórico-sociais excludentes e encontrar mecanismos anti-hegemônicos para transformação da realidade, a partir da ótica dos povos marginalizados.

E para tal intento precisamos buscar caminhos que nos façam entender:

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação - a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande

* Professor na rede pública de Salvador, atuando junto à educação de surdos e a movimentos das comunidades de cultura surda. Mestrando junto ao PPGE do UNISAL, u.e. de Americana. E-mail sandrelanio@hotmail.com

** Docente junto às instituições AESOS/SMED, atuando junto à educação de surdos e a movimento das comunidades de cultura surda. E-mail: roseoliveira.teatro@gmail.com

tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos seus opressores (FREIRE, 2005, p.32).

Ao refletirmos sobre a temática, principalmente a junção dos estereótipos entre surdez e raça, orientadas pela perspectiva da discriminação e do preconceito, estamos nos confrontando com dois dilemas apontados timidamente pela literatura científica, que é o preconceito linguístico e racial.

Os estudos surdos veem demonstrando como os surdos constituem sua língua, a LIBRAS no Brasil, e como ela ainda é alvo de discriminação e preconceito pela sociedade ouvintista (SKLIAR, 1998, p 15). Ainda impera a concepção, mesmo depois de amplo debate acadêmico sobre a LIBRAS, que esta não é capaz de abarcar o universo simbólico e complexo, atribuído às línguas orais. Um mito que se reflete no *modus* que compreendemos o sujeito surdo e seus processos de aprendizagem.

Autoras como Juliana Costa (2010), Ronice Quadros (1997), Eulália Fernandes (2005), Larissa Rebouças (2009), Regina Maria de Souza (1998), Paula Botelho (2005) e Ana Paula Santana (2007) trazem contribuições para ampliação desse debate, mas, principalmente, apontam a riqueza e profundidade compreensiva da LIBRAS, em condições de igualdade com as línguas orais, em especial, a língua portuguesa, assim como discutem o lugar do sujeito do discurso que os surdos habitam:

A posição-sujeito surdo enquanto surdo-mudo refere-se à maneira como aqueles sujeitos eram chamados e a pensar a questão da nomenclatura, da denominação do sujeito surdo e da sua constituição de incompletude revelada através da adjetivação (COSTA, 2010, p. 17).

A história moderna do povo surdo pode ser analisada pela busca incessante de fazer o surdo se comunicar com os ouvintes pela língua oral, mesmo que a ponte primeira seja a Língua de Sinais, estabelecendo desde o primórdio qual seria o modelo a ser alcançado, ou seja, o ouvinte.

Diversas tentativas de educação do surdo foram se sucedendo na história, passando por Pedro Ponce de Leon (1520-1584), que estabeleceu a primeira escola de surdos na Espanha, Juan Pablo Bonet (1579-1620), o qual publicou, ao menos como consta da literatura específica, o primeiro livro sobre surdos: “Reduccion de las letras y arte para ensñar a hablar a los mudos, Charles Michel de L’Eppe (1712-1789), que ao fazer as combinações da língua de sinais e da gramática francesa, ou seja, criou os sinais metódicos”, impulso para fundar a primeira escola para surdos. Pela qual passaram

diversos surdos, que, por sua vez, tornaram-se lideranças nos movimentos de educação na surdez, como no caso do Brasil, E. Huet.

Antes de falarmos da história educacional do surdo brasileiro precisamos nos referir ao congresso de Milão (1880), no qual diversos educadores de surdos, representando vários países, se reuniram para discutirem e elegerem o melhor método de ensino, tendo sido o método oral aquele selecionado. Sob a afirmação de que a língua de sinais “atrapalharia” o surdo naquele que parecia ser o objetivo almejado para “curar” a “deficiência”: fazer o surdo falar.

Embora E. Huet tenha fundado a primeira escola de surdos no Brasil em 1857 (26 de setembro foi a data oficial pela lei 839, assinada por D. Pedro II e que hoje é considerado o dia do surdo no Brasil), os efeitos da decisão do congresso de Milão em prol do oralismo, demoraram a se fazer sentir no Instituto Nacional de Educação dos Surdos-Mudos, atualmente Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES). Só ocorrendo em 1911, quando o Instituto passou a utilizar o oralismo puro, sendo que de 1930 a 1943 o diretor à época passou a exigir que seus alunos não usassem mais a língua de sinais. Mas o ápice da medida foi a partir de 1957, ano em que foi totalmente proibido o uso da língua de sinais.

O resultado dessas medidas foi à mobilização dos surdos, que passaram a se organizar e a lutarem pelo reconhecimento da língua brasileira de sinais, a qual vem ganhando espaço no cenário brasileiro, principalmente depois que, após muitas lutas e militância do povo surdo, essa foi declarada a língua oficial da comunidade surda no Brasil. O que oficialmente aconteceu em 2002 (lei 10.436), regulamentada em 2005 (Decreto 5.626). Embora os efeitos deste reconhecimento ainda sejam muito tímidos, para não dizer insignificantes, nas escolas públicas em Salvador, cenário do estudo aqui relatado. Haja vista o número de escolas “inclusivas” dos surdos, onde não há nem intérpretes de língua de sinais, e o número elevado de alunos surdos que ainda se encontra sobre a tutela da sociedade civil.

Por outro lado, em se tratando de racismo, diversos autores, principalmente os participantes de movimentos sociais negros, veem chamando a atenção para as práticas veladas do preconceito racial e suas barreiras sociais, que impedem o pleno desenvolvimento educacional do sujeito negro:

Nos últimos anos, muitos olhares têm se voltado à questão das relações, dos cotidianos, das situações surgidas em sala de aula, apontando o quanto ocorre de discriminação no espaço escolar e as dificuldades dos agentes educativos

(professores, diretores, coordenadores pedagógicos, agentes escolares, equipe administrativa) em lidar com essas situações (SANTOS, 2001, p. 103).

Autores como Mary Garcia Castro (2003) denunciam as diferenças socioeconômicas entre brancos e negros e convida a sociedade a refletir, intervir e analisar o “tripé da exclusão igualitária: Pobreza, injustiça e sistema de classes”. Cesar Rossato e Verônica Gesser (2001) fazem um estudo comparativo entre Brasil e Estados Unidos, revelando a experiência branca com os conflitos raciais. Já Maria Aparecida da Silva (2001), que pensa na formação dos educadores para o combate ao racismo, nos revela o quanto discutir a temática ainda incomoda muito aos brasileiros, principalmente aos adultos responsáveis pela formação das gerações futuras, especialmente porque fomos “formatados” culturalmente a pensarmos sobre a ética de uma democracia racial. E ainda poderíamos citar tantos outros, que debatem a temática no meio acadêmico e nos movimentos sociais, orientados para a promoção de diversas políticas públicas afirmativas.

A lei 10.639/03, que trata do ensino de história e da cultura dos negros brasileiros, assim como de conteúdos relacionados ao continente africano, nos parece ser um grande avanço conquistado pelo povo negro brasileiro, pois mesmo com todas as barreiras socioeconômicas e culturais, que ainda perduram, nos remetem ao reconhecimento de uma necessidade lacunal dos estudos das relações étnico-raciais, e apontam alguns caminhos:

A construção de uma sociedade igualitária depende de ações concretas, tanto por parte dos nossos governantes quanto da sociedade civil. Um fator decisivo para romper com o quadro de exclusão no sistema educacional --- e assim diminuir o débito para com a população negra --- é a elaboração de um cotidiano escolar que contemple as necessidades específicas de alunos/as negros/as, a saber: a) reconhecimento da problemática racial na sociedade; b) desenvolvimento de estratégias pedagógicas que possibilitem o reconhecimento da igualdade entre os grupos raciais e, paralelamente, a aceitação positiva dos alunos negros pelos demais alunos; c) provimento de alternativas para a construção de autoconceito positivo e auto-estima elevada para crianças e adolescentes negros, incentivando-os a construir projetos de vida (CAVALLEIRO. 2001, p. 149).

A existência de processos discriminatórios linguísticos e raciais parece ser algo inegável para nossa sociedade e que:

Se mostra portanto profunda, perdurável e virtualmente universal a admissão de que “raça” é um fenômeno da biologia humana que tem implicações necessárias na história natural da espécie e, em consequência, na história das relações de poder entre as pessoas. Nisto se radica, sem dúvida, a excepcional eficácia deste moderno ideológico que não tem, literalmente, nada a ver com

nada na estrutura biológica da espécie humana – e tudo a ver, por outro lado, com a história das relações de poder no capitalismo mundial, colonial/moderno, eurocentrado (QUIJANO, 2009 p.45).

Aqui surgem os questionamentos: mas de fato a comunidade surda vivencia isso? Como isso ocorre de forma prática? O sujeito surdo é vítima de discriminação racial? Como?

No primeiro momento da nossa pesquisa objetivamos “externalizar” como os alunos surdos percebiam o racismo, numa pesquisa exploratória, que é a primeira parte do estudo aqui tratado, a partir da qual apresentaremos e discutiremos os dados levantados.

Metodologia

Escolhemos como sujeitos desta investigação exploratória alunos da 8ª série de uma instituição, que trabalha somente com alunos surdos, na região metropolitana de Salvador, e alunos surdos do 1º ano de uma escola inclusiva na mesma região, para fazermos uma entrevista semi-estruturada. A qual objetivava perceber a presença de sentimentos de racismo, considerando que esse se revela em três níveis, como afirmado por Maria Aparecida da Silva:

No nível Individual, um membro de um grupo racial julga-se superior a outro simplesmente por pertencer ao grupo tido como superior (Branco, por exemplo). O racismo acentua atributos positivos do grupo que se acha superior e atributos negativos do que é inferiorizado, retira a humanidade do grupo racial em posição de inferioridade, transforma as diferenças em desigualdades. No nível institucional, o racismo dispõe as instituições (Estado, escola, igrejas, empresas, partidos políticos etc.) a serviços de pressupostos do racismo individual... No nível cultural, pode ser entendido como a expressão individual e institucional da superioridade da herança cultural de um grupo étnico-racial com relação a outro; ou seja, o racismo se expressa na cultura quando os saberes produzidos pelas sociedades milenares africanas, por exemplo, não têm os valor cultural de saberes greco-romanos. (SILVA, 2001, p.77).

Essa etapa contou com o auxílio de uma intérprete de língua brasileira de sinais (LIBRAS), pois mesmo que sejamos usuários da mesma, se faz imprescindível uma profissional que possa nos apresentar a riqueza compreensiva do discurso em LIBRAS.

As perguntas foram feitas em suporte de português escrito, traduzido para LIBRAS, a todos os alunos das respectivas turmas, sendo individualmente respondidas

e depois foram agrupadas nas três categorias acima mencionadas: racismo individual, racismo institucional e racismo cultural.

Para melhor esclarecer a constituição do grupo de sujeitos pesquisados apresentamos, logo abaixo, uma tabela ilustrativa:

ESCOLA DE SURDOS		ESCOLA INCLUSIVA
Negros declarados	7	2
Branco(s) declarados	6	6
Homens	8	5
Mulheres	5	3
Total	13	8

(fonte: arquivo pessoal dos autores)

Resultados e análise dos dados

O sentimento de preconceito racial, em relação ao nível individual, se revelou na quase totalidade das respostas. Na percepção daqueles sujeitos surdos negros o sentimento de preconceito racial é citado como sendo observado no comportamento de distanciamento, que afirmam perceber por parte das pessoas, e na ausência de carinho por partes dos familiares. Em contraponto, os surdos brancos não relataram o mesmo. E, um dos pontos que mais chamou atenção foi em relação ao namoro:

Muitas mulheres brancas quando o surdo vai paquerar elas não querem porque é negro. Elas falam você é feio, se afastam e não querem. (J. 17 anos, 9º ano, surdo-negro).

Elas só querem brancos (M. D. 16 anos, surdo-negro).

Aqui a estética do modelo branco é um fator bastante claro nas interpretações do racismo individual.

O sentimento de preconceito atrelado ao racismo institucional, caracterizado como aquele envolvido nas diversas esferas sociais, é percebido pelos sujeitos principalmente quando estão em família. As respostas dadas pelos sujeitos referem que

Algumas crianças negras e surdas apanham muito. Quando é branca, todo mundo abraça, carrega; quando é preta não, despreza (L. M. 17 anos, 9º ano, surdo-negro).

Às vezes o próprio pai quando o filho é negro despreza (S. 18 anos, 9º ano, surdo-negro).

O sentimento de preconceito, gerado pelo racismo, também é percebido, pelos sujeitos entrevistados, de forma sistemática e costumeira em diversos espaços sociais, como no shopping e nos meios de transportes públicos.

A cor negra, associada ao ser “ladrão”, também foi percebida como imbuída de sentimentos de racismo, observado quando uma aluna descreveu que, estando junto com amigos em uma loja, em um shopping, foram seguidos pelo segurança, que depois os colocou para fora do estabelecimento.

O sentimento de racismo cultural não foi observado nos discursos dos alunos e acreditamos que a ausência de debates sistemáticos sobre a temática com a comunidade escolar surda e a falta de referência de outros modelos culturais, especificamente da cultura negra, assim como o não envolvimento dos sujeitos negros surdos nesta cultura, devido às barreiras linguísticas, não possibilitaram tal percepção.

Algumas diferenças entre os grupos selecionados foram notadas, conforme descritas abaixo.

Os alunos da escola de surdos, em sua maioria, se percebiam negros e assim se afirmavam. Já em relação aos que estudavam numa escola de inclusão observou-se dificuldade na percepção de si próprios como surdos negros.

Em relação às respostas dos questionários os alunos surdos da escola regular orientaram-se mais para as questões linguísticas, enquanto que os alunos da escola especial para as questões étnico-raciais.

Diante do exposto, podemos afirmar, acompanhando estudos sobre preconceito e deficiência, que a somatória de estigmatizações e preconceitos potencializa os efeitos de opressão e de exclusão. Quanto mais há a somatória de estigmatizações e preconceitos maior será a desvantagem social e educacional do indivíduo.

Portanto, o sujeito surdo e negro, a partir da hipótese que os preconceitos interagem de maneira sinérgica, fortalecendo os mecanismos de opressão e exclusão, está sujeito a uma dupla jornada de enfrentamento social. Em nosso entender este enfrentamento deve ser feito de forma coletiva, sendo que os sujeitos negros e surdos devem buscar integrar movimentos sociais, nos quais possam expor-se e encontrar

espaços para a convergência de perspectivas de luta, em prol de sua autonomia e emancipação.

Considerações finais

O mérito desta pesquisa exploratória está na abordagem do tema, a percepção de mecanismos de exclusão do sujeito surdo e negro, bem como da potencialização dos mecanismos de opressão, acarretada pela somatória de estigmatizações. Tal abordagem ainda é muito tímida nos debates acadêmicos sobre a surdez. O que reduz as possibilidades de fortalecer os laços culturais dos surdos negros com a própria comunidade negra soteropolitana, objeto central deste estudo.

A temática do preconceito étnico-racial ainda necessita ser muito debatida em nosso país e os relatos recolhidos nas entrevistas revelam a existência cotidiana da discriminação.

O sentimento de preconceito racial individual se mostra mais perceptível em razão das experiências de vida sentidas nas diferentes realidades dos sujeitos. A comprovação desta percepção do racismo nos discursos dos alunos surdos nos orienta para aprofundarmos a pesquisa, agora conclamando sujeitos surdos para construirmos novos instrumentos da pesquisa, pois a participação de sujeitos surdos e negros na elaboração, execução e continuidade da pesquisa é parte indissociável do processo de tomada de consciência.

Do ponto de vista cultural, percebeu-se que os surdos negros pesquisados estão apartados dos movimentos sociais negros, ao nível de nem saberem que existem. Este envolvimento sociopolítico é dificultado por todo o processo histórico de exclusão e assujeitamento, que vem marcando a construção da subjetividade de grupos tradicionalmente marginalizados. E não se modificará por si só, requerendo o compartilhamento de um projeto mais amplo de justiça social, por parte de toda a coletividade. Nas palavras de Brandão e Silva

Ainda devemos aguardar por evidências mais concretas das transformações sociais geradas por algumas ações sociais e políticas públicas na reversão do quadro de desigualdades educacionais entre negros e brancos. No entanto, é justo considerar que a assimilação de uma nova postura por parte dos movimentos sociais ligados a causa dos negros no Brasil em favor de uma nova cidadania, vem exigir também variações significativas no posicionamento de outros agentes sociais, bem como a redefinição das instituições públicas na busca por um novo consenso (BRANDÃO, SILVA, 2008, p. 440).

Um caminho para o despertar dos sujeitos surdos e negros para refletirem sobre seus processos de empoderamento social pode ser buscado estabelecendo-se, com os mesmos, as referências pessoais históricas, que possibilitaram o enfrentamento dos mecanismos de escravidão e opressão que o povo negro brasileiro sofreu e sofre. As atividades desenvolvidas com o Teatro Experimental Negro (TEN), que se pauta nos valores culturais vinculados às narrativas históricas de resistência deste povo tem sido relevantes para tanto.

Não podemos entender outra forma de pensarmos a construção de uma sociedade plural sem que os indivíduos, em toda sua diversidade constitutiva, assumam o protagonismo de suas vidas, desconstruindo barreiras erguidas para a permanência do *status quo operandi*.

Recebido em 30 de junho de 2013.
Aprovado em 14 de novembro de 2013.

Referências

BRANDÃO, A., SILVA, A. Raça e Educação: os elos nas Ciências Sociais brasileiras. In SANSONE, L., PINHO, O. (orgs). Raça: novas perspectivas antropológicas. 2. Ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia/EDUFBA, 2008.

BOTELHO, P. **Linguagem e Letramento na educação dos surdos** – ideologias e práticas pedagógicas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2005.

COSTA, Juliana P. Barbosa. **A educação do surdo ontem e hoje: posição sujeito e identidade**. Campinas, SP: Mercado de letras, 2010.

CASTRO, M. G. Alcance e limites das políticas de identidade. **Democracia Viva**, dez. 2003.

CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro/ Summus, 2001.

FERNANDES, E., CORREIA, C. Bilinguismo e Surdez: A evolução dos conceitos no domínio da linguagem. In FERNANDES, E. (org.). **Surdez e Bilinguismo**. Porto Alegre: Mediação, 2005.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 43ª edição, 2005.

QUADROS, R. M.de. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

QUIJANO, A. “O que é essa tal de raça?”. In SANTOS, R. E. dos. **Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na Geografia do Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. pp.43-51.

REBOUÇAS, L. S. **A prioridade dos docentes surdos para ensinar a disciplina língua brasileira de sinais (LIBRAS) nas instituições de ensino superior após o decreto 5.626/2005**. Programa de pós graduação em Educação da UFBA, 2009. Apostila.

SANSONE, L., PINHO, O. (orgs). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. Ed. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia/ EDUFBA, 2008.

SANTOS, Isabel Aparecida dos. A responsabilidade da escola na eliminação do preconceito racial: alguns caminhos. In CAVALLEIRO, Eliane. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2001.

SILVA, M. A. da. Formação de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In CAVALLEIRO, E. **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro/Summus, 2001.

SKLIAR, C. A forma visual de entender o mundo. **Educação para todos**. Revista especial, SEED/DEE. Curitiba: Editora Expediente, 1998.